



# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 410, DE 11 DE ABRIL DE 2022.

PUBLICADO NO
D.O.M.
Edição nº <u>687</u>
Data: <u>12/04/22</u>

“DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.679/2022, CELEBRADO ENTRE A MUNICIPALIDADE E A EMPRESA LH SILVA COMERCIAL EIRELI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

**DANILO BARBOSA MACHADO**, Prefeito do Município de Cajamar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no artigo 86, VIII da Lei Orgânica do Município de Cajamar.

**Considerando** a formalização da Ata de Registro de Preço nº 26/2022, Pregão Presencial nº 12/2022 – Processo Administrativo nº 2.679/2022, celebrado entre a municipalidade e a empresa LH Silva Comercial Eireli, que tem por objeto: “Registro de Preços de Ovos de Páscoa (chocolate), conforme consta do termo de referência, que serão distribuídos Ponto a Ponto aos alunos da Rede Municipal de Ensino”; e

**Considerando** a necessidade de designar Fiscal para Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, conforme solicitação do Departamento de Contratos, por meio do Memorando nº 118/2022 - DC do **Processo Administrativo nº 2.679/2022**.

## RESOLVE:

**Art. 1º** Fica designada como Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 26/2022, Pregão Presencial nº 12/2022 – Processo Administrativo nº 2.679/2022, a servidora pública **LILIANE RODRIGUES DA COSTA – RE nº 17.844**, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

**Parágrafo único.** Na ausência e impedimentos da servidora supra designada, fica designada como suplente a servidora pública **ANA CAROLINA DE S. O. FONSECA – RE nº 15.384**, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 2º** A Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 26/2022 representará a Municipalidade perante a empresa contratada e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, controle e fiscalização, devendo ainda:

- I - anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;



# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

## Portaria nº 410/22 – Fls. 02

- II - conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
- III - comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
- IV - recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;
- V - receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante Termo Circunstanciado ou Recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;
- VI - analisar, conferir e atestar as notas fiscais;
- VII - encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;
- VIII - comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;
- IX - fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;
- X - verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;
- XI - exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;



# Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

## Portaria nº 410/22 – Fls. 03

**Parágrafo único.** A Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 26/2022, deverá acompanhar a execução do Contrato, observando o cumprimento das condições ajustadas. Em sendo constatado irregularidades em sua execução, o fiscal emitirá notificações para eventual correção. A falta de correção do ajuste poderá implicar no não aceite da Nota Fiscal ou documento equivalente.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de abril de 2022.

Prefeitura do Município de Cajamar, 11 de abril de 2022.

**DANILO BARBOSA MACHADO**  
Prefeito Municipal

Registrada e arquivada em pasta própria, no local de costume, na data supra.

**LUCIANA MARIA COELHO DE JESUS STELLA**  
Secretaria Municipal de Governo